

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ GÊNERO, SEXUALIDADE, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO

PRESENTATION DOSSIER GENDER, SEXUALITY, CHILDHOOD, AND EDUCATION

Maria do Carmo Gonçalo Santos¹
Conceição G. Nóbrega Lima de Salles²

No contexto da pandemia de Covid 19 e de distanciamento físico, no qual os desafios para as políticas públicas, na perspectiva da justiça social, são intensificados, apresentar um dossiê que aborda as questões de gênero, sexualidade, educação e infância possibilita evidenciarmos a nossa resistência diante do projeto de necropolítica (BENTO, 2018; MBEMBE, 2016), em andamento no Brasil. Em meio a um tempo que nos impele a vivenciar outras formas de temporalidade, em que a experiência de *khronos* se mostra mais voraz para uns e mais desacelerada para outros (KOHAN, 2020), o presente dossiê nos convida a habitar um tempo outro de educação, qual seja de oportunidade, mas, sobretudo, de resistência.

O campo de gênero sofre ataques advindos da Cruzada Moral, enquanto aliança de grupos religiosos, políticos e de mercado, com intenções ideológicas e financeiras; materializada na estratégia do espectro da “ideologia de gênero” (JUNQUEIRA, 2018; MISKOLCI, 2018). A intenção é criar um pânico moral (BALIEIRO, 2018), que possa desencadear medo, insegurança e resistências por parte da população, em relação às discussões de gênero e de sexualidade, sobretudo, no campo da educação. O apelo a uma suposta ameaça à “família, à moral e à inocência das crianças” resultou em um clima de desconfiança em relação ao trabalho educativo das escolas e à prática pedagógica docente. Também entraram nessa seara

¹ Atualmente é Professora do Núcleo de Formação Docente e do Curso de Pedagogia (UFPE-CAA). Doutora em Educação pelo Núcleo de Formação de Professores e Prática Pedagógica, UFPE (2016). e-mail: maria.cgsantos@ufpe.br

² Atualmente é Professora do curso de Pedagogia da UFPE/CAA e do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da mesma instituição. e-mail: cgislane@terra.com.br

os interesses neoliberais, polarizando a relação família (formação de valores) e escola (instrumentalização do ensino), na intenção de fragilizar a função social da educação crítica, e suas contribuições às transformações das desigualdades. Esses ataques afetam igualmente a ideia e o valor da instituição escolar enquanto espaço-tempo, que nos oportuniza realizar o que Masschelein e Simons (2014) nomeiam de “suspensão”, colocando em questão e problematizando o mundo (KOHAN, 2020).

Apesar dos retrocessos decorrentes da Cruzada Moral, principalmente, no que diz respeito ao currículo, há um interesse crescente pelo campo de gênero e de sexualidade nos âmbitos acadêmico e escolar. A retirada das discussões de gênero e de sexualidade do Plano Nacional de Educação, a extinção da SECADI, e a “assepsia” realizada na Base Nacional Comum Curricular e nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação de Professores e Professoras, não impediram que as escolas continuassem abordando gênero e sexualidade em suas práticas pedagógicas (SANTOS, 2016). A tensão gerada em torno de gênero e de sexualidade instiga, de forma crescente, pesquisadores e pesquisadoras a investigar esse território de disputas e interesses.

Gênero e sexualidade, como campos que guardam suas especificidades, dizem também da sua Interseccionalidade, porque lidam com a desigualdade estrutural, na relação com as injustiças de classe, de raça, de geração e de religião (DAVES, 2016; AKOTIRENE, 2019). Gênero e sexualidade, são, portanto, campos de estudo e dinâmicas das diferenças que evidenciam as construções sociais, os discursos produzidos sobre e para os sujeitos humanos. Nesse mesmo sentido, destacamos os sopros de possibilidades de transformações, produzidos pelas crianças e as infâncias, como (r)existência alternativa a todo esse saber e poder totalitários (ALBUQUERQUE; SALLES, 2020). Estes insistem na manutenção de currículos unificados, comprometidos com a inserção precoce da infância “à lógica do capital, da linguagem hegemônica, do poder, das hierarquias de cor e raça, da heteronormatividade” (ABRAMOWICZ, 2017, 25).

A prática pedagógica, permeada por afetos, situada no contexto de diversidades (SOUZA, 2009) e comprometida com a justiça curricular (TORRES SANTOMÉ, 2013), favorece à superação da discriminação, do preconceito e dos abusos, que atingem, sobretudo,

as crianças. A partir de abordagens dialogais e plurais de gênero e de sexualidade, as resistências são tecidas, os trânsitos e cruzamentos de fronteiras ocorrem; e dão vida a produções como estas que apresentamos.

Este dossiê, reúne cinco artigos que entrelaçam discussões de gênero, educação e infância. O primeiro trabalho, sob a autoria de Cíntia Daniele Silva Neves e de Lidiane Evangelista Lira (UPE), intitulado “**A cortina se abre: o tratamento escolar dado à criança circense**”, fala das demandas das crianças circenses no processo de escolarização. Revelando o ineditismo das discussões sobre itinerância na educação das crianças circenses, o artigo situa o processo de construção da concepção de criança, enquanto ser histórico e social. A partir da pesquisa de campo, realizada em dois circos localizados no município de Garanhuns, são apontadas as conquistas alcançadas pelas crianças circenses no acesso à escola; e, também, às necessidades de práticas pedagógicas específicas para a realidade da itinerância, no diálogo com os saberes e culturas das crianças circenses. As autoras sinalizam para a falta de políticas públicas e formação de professores, professoras, para trabalhar com essa realidade.

O olhar para as crianças também atravessa o segundo artigo, construído por Diana dos Santos Pirete Podolak e por Avacir Gomes dos Santos Silva (UFG). “**Coisas de meninas e coisas de meninos: lições de gênero nos espaços da Educação Infantil**”, analisa a participação da escola na produção das identidades de gênero. A partir do estudo de caso, a pesquisa evidencia a importância do trabalho com gênero no currículo da Educação Infantil, a fim de desenvolver atitudes de respeito às diferenças. O brincar e a brincadeira são evidenciados como imprescindíveis ao desenvolvimento das crianças, à sociabilização, à construção de representações e de identidades. Para tanto, mostra que as crianças pequenas priorizam a diversão e que as professoras ainda definem as atividades, cores e brinquedos vinculados a estereótipos de gênero; necessitando rever suas práticas, em vista da superação desses estereótipos.

O terceiro artigo, “**A reinvenção de um viver junto à educação sexual para crianças e adolescentes**”, de Daiane Rita de Laia, Heloísa Raimunda Herneck e Grazielle Corrêa Amorim (UFV), aborda a situação de abuso sexual de crianças e adolescentes, a partir da narrativa autobiográfica, enquanto forma de agenciamento. Através da problematização acerca das

construções dicotômicas de gênero, tece críticas aos estereótipos produzidos para as mulheres, que contribuem para uma imagem fragilizada e vulnerável do feminino, favorecendo as situações de abuso e violência, principalmente, a violência sexual. As autoras sinalizam para a importância do trabalho transversal da educação para a sexualidade, como forma de prevenção, cuidado e defesa da libertação feminina e da desconstrução de papéis de gênero. A educação é apresentada como um caminho para a reinvenção do viver, experienciado por uma das autoras, vítima de violência sexual.

Na mesma direção da narrativa, o artigo produzido por Augusto Marcos Fagundes Oliveira e por Ana Livia Carvalho Braga (UNEB/IFBA), intitulado “**Dormi menina, acordei sangrando – serendipidades no campo**”, traz as vivências de duas mulheres do sertão baiano que tiveram suas infâncias atravessadas pela situação de violência sexual, gravidez e prostituição. O artigo busca analisar os significados atribuídos por essas mulheres às suas histórias de vida, sexualidade e identidade de gênero. As memórias entrelaçam espaços e temporalidades, reveladoras de violências de gênero e sexual, às quais estão submetidas meninas/mulheres; violentadas pelas suas famílias e responsabilizadas por “violarem tabus sociais”. A resignificação das suas dores, a partir de novos pertencimentos identitários, novas configurações familiares e de orientação sexual, revelam as manifestações de poder produzidas por essas mulheres.

O dossiê é um convite à partilha de saberes, aos movimentos de reflexão e à transformação de práticas educativas. Os artigos se interconectam através do campo temático, mas, também, pelos movimentos de denúncia de realidades ainda injustas, nas perspectivas da infância, de gênero e de sexualidade. Além disso, revelam as conquistas alcançadas pelos sujeitos, na construção das suas histórias de vida, identidades e subjetividades. Finalmente, esperamos que os artigos aqui apresentados possam nos inspirar, nos nutrir e, apesar da crueldade do tempo presente, nos aproximar cada vez mais de um tempo *aión*, o tempo da infância, de experiência, intensidade e (re)existência.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Anete. Educação Infantil: implementar o exercício da infância. In: Abramowicz, Anete; TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos (Org.). **Infância e pós-estruturalismo**. São Paulo: Porto de Ideias, 2017.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BALIEIRO, Fenando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção o pânico moral da criança sob ameaça. In: **Cadernos Pagu**. N. 53. Campinas, SP. 2018.
- ALBUQUERQUE, Fernanda Maria Santos; SALLES, Conceição Gislâne Nóbrega Lima de. Experiência estética e escola: cartografia dos encontros com a infância e a arte nos anos iniciais do ensino fundamental. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 54, p. 1-22, e16683, jul./set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n54.16683>. Acesso em 29 de abril de 2021.
- BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-Nação? In: **Cadernos Pagu**. N. 53. Campinas, SP. 2018.
- DAVES, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 16 abr. 2021.
- KOHAN, Walter Omar. **Tempos da escola em tempo de pandemia e necropolítica**. *Revista Práxis Educativa*. n., v.15. Ponta Grossa. 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em 29 de abril de 2021.
- MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. Em defesa da escola: uma questão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder soberania estado de exceção política da morte. **Revista Arte e Ensaios**. n. 32, v. 36. UFRJ. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993> Acesso em: 15 de maio de 2020.
- MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. In: **Cadernos Pagu**. N. 53. Campinas, SP. 2018.
- SANTOS, Maria do Carmo Gonçalo. **As contribuições do currículo da formação para a prática pedagógica docente com gênero e sexualidade na educação básica**. 2016. 400 fl. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.
- SOUZA, João Francisco de. **Prática pedagógica e formação de professores**. Organizadores: NETO; José Batista; SANTIAGO, Eliete. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **Currículo escolar e justiça social: o cavalo de Troia da educação.** Tradução: Alexandre Salvaterra; revisão técnica: Álvaro Hypolito. Porto Alegre: Penso, 2013.

Submetido em: 01/04/2021

Aprovado em: 20/04/2021